

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.430.784 - SP (2019/0011299-2)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : INSTITUTO DE CIDADANIA E POLITICAS PUBLICAS
ADVOGADO : VICENTE FIUZA FILHO E OUTRO(S) - SP103106
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE SOROCABA
PROCURADOR : VILTON LUÍS DA SILVA BARBOZA E OUTRO(S) - SP129515

EMENTA

ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL NÃO IMPUGNADOS. ARTIGO 932, III, DO CPC/2015. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto pelo Instituto de Cidadania e Políticas Públicas, em face de decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que inadmitiu o recurso especial manejado contra acórdão assim ementado (fls. 199 e-STJ):

APELAÇÃO - Ação civil pública - Violação aos princípios administrativos e dano ao erário - Pretensão de que seja reconhecida a inconstitucionalidade da Lei 4.275/93 no que tange à distribuição da verba sucumbencial entre os procuradores municipais - Ilegitimidade ativa verificada - Finalidades genéricas e amplas da associação - Ausência de pertinência temática e de representatividade adequada Inteligência do art. 5º, inciso V, alínea 'b', da Lei 7.347/85 - Não demonstração de atuação ativa no Município de Sorocaba - Oportunismo caracterizado - Feito julgado extinto, sem análise de mérito, pela ilegitimidade ativa ad causam - Manutenção da r. sentença, nos termos do art. 252, do RITJ - Recurso improvido.

Nas razões do recurso especial, interposto com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, o recorrente aponta violação aos arts. 267, I e VI, e 295, III, do CPC/1973; e 5º, V, da Lei 7.347/85; e 85, IV, da Lei 8.078/90, sob o argumento de que o Instituto ora recorrente é legítimo para propor a presente demanda. *Assim, o Instituto Agravante encontra-se legal e regularmente instituído, e ao contrário do que exposto no v.. acórdão recorrido tem legitimidade ativa "ad causam", escudada na LACP. Repita-se, por importante, que o art. 5º, V, da Lei nº. 7.347/85 confere legitimidade ao Instituto Agravante, para promover a ação civil pública em defesa do meio ambiente, direitos do consumidor, bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, e também a qualquer outro interesse difuso ou coletivo* (fl. 229 e-STJ).

Sem contrarrazões (fls. 268 e-STJ).

O recurso especial foi inadmitido pelo Tribunal de origem à consideração de que: a) os argumentos expendidos não são suficiente para infirmar as conclusões do Tribunal de origem; b) a indicada violação aos dispositivos legais em referência não foi

demonstrada; b) a pretensão demanda o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 7/STJ.

Nas razões do agravo em recurso especial, o recorrente impugna todos os fundamentos da decisão de inadmissibilidade.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: *“Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”*.

A decisão agravada negou seguimento ao recurso especial sob o argumento de que: a) os argumentos expendidos não são suficiente para infirmar as conclusões do Tribunal de origem; b) a indicada violação aos dispositivos legais em referência não foi demonstrada; b) a pretensão demanda o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 7/STJ.

Ocorre que o agravante limitou-se a impugnar de forma genérica a incidência da Súmula 7/STJ, além de reiterar *ipsis litteris* as razões expendidas no recurso especial.

Conforme disposição dos artigos 932, III, do CPC/2015, e 253, parágrafo único, inciso I, do RISTJ, o agravo que não afasta todos os fundamentos que levaram à inadmissão do recurso especial, não deve ser conhecido. A propósito:

Art. 932. Incumbe ao relator:

III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida.

Art. 253. O agravo interposto de decisão que não admitiu o recurso especial obedecerá, no Tribunal de origem, às normas da legislação processual vigente.

Parágrafo único. Distribuído o agravo e ouvido, se necessário, o Ministério Público no prazo de cinco dias, o relator poderá:

I - não conhecer do agravo que for manifestamente inadmissível, intempestivo, infundado ou prejudicado, ou que não tiver atacado especificamente todos os fundamentos da decisão agravada; (RISTJ)

Nesse sentido, ressalta-se o seguinte precedente:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO PROFERIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. INSUFICIÊNCIA DE ALEGAÇÃO GENÉRICA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. O agravo que objetiva conferir trânsito ao recurso especial obstado na origem reclama, como requisito objetivo de admissibilidade, a impugnação específica aos fundamentos utilizados para a negativa de seguimento do apelo extremo, consoante expressa previsão contida no art. 544, § 4º, inc. I, do CPC/1973 (art. 932, III, do CPC/2015) e art. 253, parágrafo único, I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça - RISTJ, ônus da qual não se desincumbiu a parte insurgente, sendo insuficiente alegações genéricas de não aplicabilidade do óbice invocado. Precedentes.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 939.050/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO,

QUARTA TURMA, julgado em 20/10/2016, DJe 28/10/2016)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

